



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

MULHERES NEGRAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONJUGAL.

Autora: Mirian Lúcia dos Santos

**Mestranda em Ciências Sociais - PUC São Paulo
Bolsista IFP – Fundação Ford
mirianlusa@hotmail.com**

Resumo

O tema norteador desta pesquisa é a violência doméstica conjugal contra as mulheres. É um fenômeno social que vem sendo investigado no contexto das discussões de gênero, relacionando-se com a questão do poder e da desigualdade, ainda existente, entre mulheres e homens. Trata-se de um tema já, tantas vezes, pesquisado no campo da Academia. Com tudo sendo, ainda, possível rediscuti-lo analisando suas intersecções com outros marcadores sociais como classe e raça. Sendo assim, busca-se investigar se existe alguma relação entre a violência doméstica conjugal contra as mulheres negras e o preconceito racial no Brasil. A questão racial é tratada neste estudo como marcador social que coloca a mulher negra em situação duplamente diferenciada na ordem de subordinação de gênero. Considera-se que tanto gênero como raça são marcadores sociais que desfavorecem e dificultam a transformação e o reconhecimento das mulheres negras na promoção e no acesso aos direitos civis.

Palavras-Chaves: Raça, Gênero, Mulher e Violência Doméstica.



São Paulo, 2011.

1. Introdução

O estudo que ora se apresenta é fruto da minha pesquisa de dissertação de mestrado, que ainda está em andamento¹. O objeto de estudo é a violência doméstica conjugal contra as mulheres negras² no Brasil. Os sujeitos centrais desta pesquisa são mulheres negras vítimas de violência doméstica em relacionamentos conjugais (casamento civil, união estável/amasiados e amantes) heterossexuais.

Busca-se investigar, se existe alguma relação entre a violência doméstica conjugal contra as mulheres negras e o preconceito racial no Brasil. Nesse sentido, a questão racial será tratada neste estudo como marcador social que coloca a mulher negra em situação duplamente diferenciada na ordem de subordinação de gênero. Tanto gênero como raça são marcadores sociais que desfavorecem e dificultam a transformação e reconhecimento da mulher negra na promoção e no acesso aos direitos civis. Pensando desta maneira, levantam-se as seguintes questões: de que maneira se articularia a relação violência de gênero e o preconceito racial, na situação de violência doméstica conjugal contra mulheres negras no Brasil? Nesse sentido, em que medida as características raciais podem estar relacionadas na situação de violência doméstica contra as mulheres negras? Haveria alguma relação significativa entre a violência doméstica contra as mulheres e o preconceito racial contra as mulheres negras nos dias atuais no Brasil? Na dinâmica da violência doméstica conjugal estaria sempre a questão de gênero, o fato de ser mulher, frente à questão de raça, o fato de ser negra, diante da violência doméstica vivenciada pelas mulheres negras? Como situa essa discussão de gênero e raça na violência doméstica no âmbito do movimento social feminista?

Parte-se de duas hipóteses para pensar na possibilidade da existência de uma combinação entre o machismo e o racismo na situação de violência doméstica conjugal contra as mulheres negras, são elas: 1) o fato de a mulher ser negra se traduz, significativamente, no exercício duplo da dominação masculina na situação de violência conjugal contra as mulheres negras; 2) um dos tipos de violência doméstica conjugal

¹ Esta pesquisa está sendo desenvolvida com recursos financeiros do Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford.

² Para efeito desta pesquisa será considerado negra as mulheres que escolherem a categoria “preta” do IBGE.



contra a mulher negra tem, entre outros fatores sociais, o preconceito racial. Mesmo quando o seu cônjuge (companheiro) também é negro.

Para atingir o objetivo proposto, ou seja, tentar responder a pergunta e confirmar ou não, as hipóteses levantadas, neste estudo será privilegiado o procedimento de pesquisa qualitativa. O que significa que nesta fase inicial será realizada uma revisão bibliográfica de modo a ampliar o referencial teórico de sustentação deste estudo. Esse primeiro procedimento é essencial na medida em que auxilia na escolha dos sujeitos, bem como para as análises das histórias de vida das mulheres negras agredidas. Para Queiroz (2008), as histórias de vida que serão captadas através dos depoimentos orais são importantes para a compreensão das relações sociais no campo da sociologia. Além disso, a análise das histórias de vida, possibilita a compreensão da personalidade, dos valores e das vicissitudes da vida dos sujeitos através da memória; reconstituindo assim os acontecimentos que os sujeitos da pesquisa consideram significativos.

As histórias de vida serão com mulheres que se declararem negras vítimas de violência doméstica conjugal que estão sendo atendidas ou não em Casas Abrigos e/ou delegacias das mulheres.

Para análise da História de vida, considera-se importante se apropriar da próstata de análise dos dados cunhada por Minayo (2004). A autora sugere para pesquisas qualitativas uma análise a partir do método hermenêutico-dialético. Nesse método a fala dos atores sociais é situada em seu contexto social para melhor ser compreendida. Essa compreensão tem como ponto de partida, a individualidade da fala de cada uma das mulheres agredidas. E, como ponto de chegada, o campo da especificidade histórica e totalizante que produz a fala de um grupo. Outros autores como Michel Pollak, também, serão considerados para este estudo.

É importante chamar a atenção para o fato, de que, os procedimentos metodológicos apresentados poderão no decorrer da pesquisa, sofrer algum tipo de alteração. Uma vez que durante a coleta de dados, poderão surgir acontecimentos que levem para uma nova revisão e reflexão das indagações e dos procedimentos inicialmente propostos.

Enfim, não se tem a pretensão de generalizar os dados empíricos que serão levantados, uma vez que os mesmos não correspondem há uma (macro) realidade das mulheres negras que são vítimas da violência doméstica conjugal. O primeiro, se não o



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

principal, resultado esperado é conseguir amadurecer e articular de forma científica os principais conceitos desta pesquisa. Tendo em vista que o amadurecimento do olhar e do pensar científico configura e contribui para o conhecimento de questões sociais, neste caso a violência doméstica contra as mulheres, considerando a questão racial como ponto relevante, sempre a ser estudado.

2. O ponto de partida: violência doméstica conjugal

A posição de subordinação da mulher, tanto no espaço público quanto no espaço doméstico no decorrer da história da humanidade, foi o fio condutor que mobilizou o surgimento de teorias, que problematizassem as questões das diferenças, em relação aos papéis sociais dos homens e das mulheres. Nesse cenário aplicou-se o conceito de gênero, que serve, entre outros, para definir as relações sociais do que é ser macho e do que é ser fêmea. A discussão da aplicabilidade desse conceito tem avançado em relação à forma de análise que durante muito tempo, utilizava o conceito de gênero, que estava associado única e exclusivamente para o estudo da situação de subordinação das mulheres. Entretanto, a discussão teórica do conceito de gênero tem avançado e vem rompendo a fronteira da generalidade. Isso significa que é possível e necessário estudar o conceito de gênero a partir de múltiplas categorias sociais levando em consideração os diversos tipos de análises, sendo elas: sociais, culturais, econômicas, psicanalíticas e política.

Scott (1996) aborda que, o conceito de gênero pode ser resumido em três posições teóricas: a primeira como um esforço inteiramente feminista, ou seja, político que tenta explicar as origens do patriarcado; a segunda se situa no seio de uma tradição marxista e onde a maioria das pesquisadoras do tema usa o termo com o propósito defender que a pesquisa sobre mulheres, transformaria fundamentalmente os paradigmas no seio de cada disciplina. E por último, a terceira, está fundamentalmente dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas das relações de objeto, inspira-se nas várias escolas de psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito na sociedade e, também, no sistema de parentesco.



Haraway (1991) ao descrever o conceito de gênero, considera importante entendê-lo como uma categoria capaz de organizar as relações sociais e também como uma estrutura de identidade pessoal e também coletiva. O conceito de gênero vem para desmistificar as diferenças sociais baseadas no sexo biológico. Tais diferenças resultaram no estabelecimento de uma postura cultural que sobrepõem um determinado poder social, cultural, político e econômico dos homens em relação às mulheres.

Segundo Saffioti (2004), o papel das mulheres, assim como dos homens, é constituído por uma distinção que a sociedade espera ver cumprido pelas diferentes categorias do sexo biológico. Segundo a autora, a sociedade delimita com bastante precisão desde o nascimento dos indivíduos, os campos sociais e culturais em que “pode” operar as mulheres, da mesma forma em que escolhe o campo em que “pode” operar os homens. Essa discussão se refere à divisão das esferas públicas e privadas, onde a primeira é destinada para os homens e a segunda para as mulheres. Este é o ponto de convergência para que as assimetrias das relações sociais entre os sexos resultassem nas desigualdades de oportunidades e na violência contra as mulheres, tanto no espaço público quanto no espaço privado.

Alguns autores como Almeida (1995), chamam a atenção para o contexto da relação hierarquia/poder e subordinação na relação de gênero entre homens e mulheres. Segundo o autor essa relação dependerá de uma serie de fatores, entre eles o cultural para construção de um determinado modelo de masculinidade e feminilidade. Isso quer dizer que, homens e mulheres agirão de acordo com a cultura em que foram socializados, e isto, estará relacionado ao tempo e ao status social que cada um ocupa.

Para Almeida (1995), é necessário compreender que existem várias formas de conceber a relação de gênero, conforme as múltiplas formas de feminilidade e masculinidade. Para o autor “a relação entre feminino e masculino não é, na avaliação moral, como as duas faces de uma moeda, mas sim assimétrica e desigual. Trata-se de uma forma de ascendência social que se reproduz, pois, na base de um processo de naturalização”.

Todavia, como os homens e as mulheres vivem na História, e como também ao longo das suas vidas mudam as conjunturas que as orientam, e os interesses em causa não se mantêm sempre igual. Há conjunturas de contestação e de negociação, quer da parte dos homens, quer da parte das mulheres. (ALMEIDA, 1995, p.243)



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Em outras palavras, o autor quer dizer que cada país, cada comunidade, cada lugar agirá de forma diferenciada em relação às diferenças do sexo biológico. E nesse sentido, estabelecerá os limites sociais das ações dos homens, bem como as ações das mulheres.

Rubin (1993) apresenta que, através da construção teórica do sistema de parentesco de Levi Strauss, a produção da relação de gênero, também, nasce no sistema de parentesco que, por sua vez, instaura a diferença através da oposição cultural das diferenças biológicas entre os sexos. Os sistemas de parentesco envolveriam a criação social de dois gêneros diferentes, a partir do sexo biológico. E é nessa a singularidade que nasce da divisão sexual do trabalho, provocando a interdependência entre homens e mulheres, e a regulação social da sexualidade, prescrevendo ou reprimindo arranjos divergentes dos heterossexuais.

Para finalizar esse primeiro conceito é importante lembrar que outros estudos apontam que a relação de gênero pode ser empregada, também, para definir outras formas de relações sociais. Sendo assim, fatores culturais, sociais, econômicos e políticos irão influenciar significativamente na forma de subordinação e hierarquia do poder dos homens sobre as mulheres. A classe e a raça são fatores significativos que explicam os tipos e as formas de relações sociais na família, no trabalho, na religião e etc. Para Barbieri (1993), em sociedades plurais como na América Latina, em especial, em países com povos tão diversificados como no Brasil, é necessário entender o contexto étnico-racial na relação de gênero. Pois, as pessoas de raças distintas redefinem as relações de gênero a partir das diferenças de raça.

Outra importante contribuição é apresentada por Pinho (2004), o autor em seu estudo de gênero, raça e mestiçagem traz que:

Podemos dizer ideologicamente algumas imagens ou modelos de raça e gênero comporiam o repertório da nacionalidade e, em consequência disso, uma coleção de estereótipos a povoar o imaginário social, colaborando para a fixação de um lugar. Podemos chamá-las de Imagens de Raça e Gênero, pressupondo que estas se condensaram em representações imediatamente reconhecíveis (PINHO, 2004; p.112).



Para compreender o tema proposto, faz-se necessário entender também, o que estamos considerando em relação ao conceito de “violência”. Assim, Foucault (1996), traz que a violência se apresenta como uma relação de dominação exploração e opressão que se manifesta em meio à relação assimétrica movida no âmbito das classes sociais, das relações sociais e das relações interpessoais. E não diferente do autor acima, Arendt (1985), traz que historicamente a violência se apresenta nas relações sociais como manifestação do *poder* de um indivíduo sobre o outro.

De acordo com Arendt (1985), entende-se como poder, a instrumentalização de dominação que geralmente vem junto com a violência. Mas tanto a violência quanto o poder são fenômenos distintos. Com isso, a violência é conceituada por diversos especialistas como conduta dominadora de um indivíduo sobre o outro, de modo que, o dominador sobrepõe suas vontades sobre o dominado. Segundo Saffioti (2004), essa relação de dominação está relacionada há diversos fatores culturais, sociais e também econômicos que legitimam o dominador a agir de forma violenta contra o dominado, rompendo com qualquer forma de integridade do dominado: integridade física, psíquica, sexual, moral e patrimonial. Essa dominação violenta, segundo Chauí (1985), é a determinação das relações de forças, tanto em termos de classe quanto em termos interpessoais perpassando por dois ângulos.

O primeiro ângulo seria a violência como conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade com fins de dominação, de exploração e de opressão. Isto é, a conversão de diferentes em desiguais e a desigualdade em relação ao “superior” sobre o “inferior”. No segundo ângulo, a autora focaliza a violência como uma ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como coisa, sendo assim, buscar-se-á trazer a violência contra as mulheres a partir do que Chauí (1985) retrata no primeiro ângulo. Isto é, a autora trabalha a violência a partir da perspectiva cultural.

No caso desta pesquisa, a violência doméstica será investigada a partir das relações conflituosas entre casais, onde na maioria das vezes, tem como vítimas as mulheres. Esse tipo de violência é resultante das relações que estão delineadas por símbolos, representações e dominações hierárquicas da relação de gênero construída por uma cultura machista. Desse modo, quando se fala em violência contra as mulheres não podemos esquecer que o termo “mulheres” possui uma diversidade. Essa diversidade se



expressa, por exemplo, numa estratificação de classe, de raça, e também, de opção sexual.

Também é importante já pontuar, que a pesquisa não terá a intenção de colocar as mulheres agredidas de forma passiva, como sujeito incapaz de tomar atitudes frente seu agressor e muito menos submetê-las com pessoas fracas, sem coragem de sair da situação de violência e de submissão. Prefere-se relacionar essa condição, vivida por várias mulheres, com a relação de condição que a maioria das vítimas de violência tem com seu agressor. Neste caso, as mulheres, não são naturalmente vítimas, elas “tornam-se” vítimas. E esse “torna-se” advém de uma série de papéis e fatores sociais e culturais que foram construídos historicamente na sociedade, onde alguns homens detêm de forma “violenta” o domínio sobre algumas mulheres. Lembrando que essa dominação em cada lugar do mundo possui formas diferentes de perceber, conceber e legitimar a violência contra as mulheres.

Alguns estudos apresentam que são muitos, entre homens e mulheres que acreditam que a violência doméstica contra a mulher é uma prática comum no relacionamento de um casal. Neste caso, Chauí (1985) apresenta que a cumplicidade das mulheres em receber e legitimar essas práticas violentas decorre da forma cultural na qual foram postas na sociedade. Isto é, como sujeitos investidos de uma subjetividade muito peculiar e dramática.

Em pouquíssimos estudos sobre a violência doméstica contra as mulheres, algumas autoras ousaram apontar a importância da intersecção de gênero e raça dentro desta temática. Entre elas temos Oliveira (2000) que concluiu que a situação de violência doméstica contra a mulher é um fenômeno que deve ser estudado a partir da intersecção de gênero, raça e classe. A autora aponta para a necessidade de se ter o recorte racial, acreditando que a mulheres negras, em especial as negras brasileiras, vivem situações de violência doméstica diferenciada das mulheres não negras.

Utiliza-se aqui o termo “negra/o e racial” com referencia ao mesmo significado apresentado por Adesky (2009), no qual esses termos são apresentados por uma dimensão de construção social e não biológica. De acordo com autor, é através desta dimensão que é possível usar “negro e raça” a partir de uma interação que submete a um campo ideológico constituídos de estereótipos e de preconceitos advindos de uma sociedade racista. Adesky (2009) traz que:



Quanto ao termo negro entende-se que é todo indivíduo de origem ou ascendência africana suscetível de ser discriminado por não corresponder, total ou parcialmente, aos cânones estéticos ocidentais, e cuja projeção de uma imagem inferior ou depreciada representa uma negação de reconhecimento igualitário, bem como a denegação de valor de uma identidade de grupo e de uma herança cultural e uma herança histórica que geram a exclusão e a opressão (ADESKY, 2009; P. 34).

Diante desta situação Oliveira (2000) aponta que o preconceito racial e a relação hierárquica de gênero combinam num dúbio e perverso quadro de violência doméstica conjugal. “As mulheres negras além de sofrerem com a violência de gênero sofrem também quando o agressor evidencia de forma pejorativa a sua categoria racial, mesmo sendo o agressor também negro”. Em relação a essa posição Moore (2000) aponta que o preconceito racial opera geralmente no cotidiano das pessoas sem que as mesmas o percebam e separem um fato preconceituoso de outro fato, por exemplo, o machismo do preconceito racial.

Feministas negras norte-americanas como Collins (1989)³, apontam que não se pode deixar de considerar dentro das pesquisas temas que articulem as peculiaridades da condição das mulheres negras na sociedade ocidental, tais pesquisas devem ao menos, apontar a importância de levar em consideração o binômio gênero e raça nas análises sociológicas e em outras como demográficas, históricas, antropológicas e políticas.

Autores como Pinho (2003) recepcionam essa discussão de intersecção de gênero e raça no contexto de dominação e poder não deixando de fora o “embrião – onde tudo começa”, a sexualidade.

Poderemos entender a sexualidade como enraizada no solo histórico das formações discursivas. A sexualidade é plenamente significada e construída com a matéria-prima disponível das sedimentações discursivas. Ela é contextual e ocorre nos ambientes sociológicos determinados. A sexualidade é sempre contextual e ocorre nos ambientes sociológicos determinados, que são estruturados diferentemente, de acordo com a história depositada nesses contextos, que se definem pelas características objetivas materialmente presentes. (PINHO, 2003; P 72 e 73)

³ Citada Por: PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **Gênero, Raça, Escolhas Afetivas e Significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia**. Congresso Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder. Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008.



De acordo com Pinho (2003), a sexualidade é o conceito chave partida para os estudos sociológicos, que tenham em movimento as estruturas das relações de gênero, raça e classe social no contexto das desigualdades entre homens e mulheres.

3. A realidade do passado para pensar o presente

Ao ter a pretensão de abordar a temática de violência doméstica conjugal com o recorte racial, depara-se com a escassez de teorias científicas que abordam a violência doméstica contra as mulheres, porém não aprofundam ou não apontam as especificidades das mulheres negras. Com isso, considera que é necessário buscar no processo histórico das relações de raça no Brasil, o fio que conduz para a reflexão diferenciada na situação de vitimização das mulheres negras.

Entre os séculos XVI até o final do século XIX, a escravidão no Brasil marcou de forma definitiva o papel social e sexual das mulheres negras. Por sua vez, tratadas como mercadoria de venda, tanto pelo seu senhor branco quanto pela senhora branca, segundo Carneiro (2003), as condições históricas das mulheres negras foram construídas sobre uma relação de coisificação. Onde a dominação e a apropriação sexual dessas mulheres resultavam na afirmação de superioridade dos homens brancos.

A autora apresenta que sobre o arcabouço da era colonial, a violação perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras resultaram na construção de uma identidade nacional, onde prevalece, ainda nos dias atuais, o mito da democracia racial.

A situação posta chama a atenção para dois importantes aspectos relacionados às relações raciais, ou seja, a relação entre o senhor e a escrava. Assim sendo, está relacionado às sub-condições em que as mulheres negras vivenciaram tanto do ponto de vista racial, quanto do ponto de vista das relações de gênero. Do ponto de vista racial, a coisificação/discriminação foi perpetrada pelos homens brancos e pelas mulheres brancas. E o segundo aspecto é do ponto de vista da relação de gênero. A condição de coisa/discriminação se dava pelos homens brancos, mas também, “em menor grau”, pelos homens negros, que por sua vez, exerciam e reproduziam o papel macho em delimitar com precisão, o lugar social das mulheres negras, em especial, na relação conjugal.



Outro aspecto que a autora chama a atenção está relacionado com a forma que as mulheres negras foram retratadas sexualmente nas primeiras literaturas raciais pós-escravidão no Brasil. O papel sexual das mulheres negras na história das relações conjugais nos é apresentado como mulheres detentoras de um poder sexual diferenciado das mulheres brancas. As primeiras eram tratadas na mente e na prática como condição *sine qua non* para abrochar os mais diversos prazeres e desejos sexuais. E as segundas eram tratadas como condição essencial para continuação à formação da família branca, ou seja, esposas.

Chauí citada por Santos (2004) traz que:

Considerando as marcas da sociedade colonial escravagista, a sociedade brasileira é marcada pela estrutura hierárquica do espaço social que determina a forma de uma sociedade fortemente verticalizada em todos os seus aspectos: nela, as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, em um inferior, que obedece. As diferenças e assimetrias são sempre transformadoras em desigualdades que reforçam a relação de mando-obediência (SANTOS, 2004, P. 30).

Conclui-se deste trecho que a condição feminina sempre esteve no patamar inferior em relação aos dos homens nessa época. As condições sociais, culturais e econômicas favoráveis eram destinadas aos homens brancos. E a condição das mulheres negras aponta que elas estavam numa estrutura tripla de subordinação

Portanto, um dos aspectos da história na relação de gênero das mulheres negras que as distingue particularmente das outras mulheres é o fato de terem tido uma história de vitimização, particularmente, marcada pela discriminação racial. Certamente, todas as demais mulheres também vivenciaram em suas especificidades a condição de subordinação em relação aos homens.

Atualmente, alguns autores, entre eles Rufino (2001), apontam que dentro da relação violenta de gênero, as mulheres negras têm uma pesada herança histórica agravada pelo preconceito racial. Nesse sentido, alguns estudos já apontam que o preconceito racial e a relação hierárquica de gênero, combinam-se num perverso quadro de subordinação. Ela é duplamente discriminada: por ser mulher e por ser negra. Desse



modo, a situação da mulher negra brasileira na relação violenta de gênero no âmbito doméstico pode ser pensada sob dois marcadores sociais: o machismo e o racismo.

A categoria racial pode funcionar como critério de estratificação em uma dada sociedade e estar associada a atributos negativos e positivos. O preconceito racial se manifesta, de acordo com Santos (2004), quando uma pessoa ou mesmo um grupo sofre uma atitude negativa por parte de alguém que tem como padrão de referência o próprio grupo racial. Sobre esta questão, a autora aponta que o preconceito racial opera, geralmente, no cotidiano das pessoas sem que as mesmas o percebam e separem um fato preconceituoso de outro fato, por exemplo, o machismo do racismo. Sobre essa questão, Miranda (1986), acrescenta que o preconceito racial pode ser caracterizado por crenças estereotipadas que resultam de processos internos dos indivíduos e não dos atributos reais do grupo.

Os depoimentos reproduzidos abaixo⁴ fornecem pistas no sentido de exemplificar a possibilidade da existência da especificidade racial no fenômeno da violência doméstica:

(...)D., negra, 66 anos, faxineira e sem filhos vive com seu companheiro há 13 anos, ele a espanca diariamente e com muita violência. Ela diz não entender porque ainda está vivendo com um homem tão violento, que além de espancá-la, a humilha todos os dias, com expressões ofensivas à sua cor. D. tem distúrbios emocionais neuro-vegetativo causado pela violência dele (RUFINO, 2001, p.169).

(...)N., negra, 48 anos, 04 filhos, mora há 11 anos com um companheiro que bate nela quase todos os dias. Quando é dia de pagamento a agressão é ainda pior. O companheiro dela é branco e insulta-a constantemente com termos racistas (RUFINO, 2001, p.169).

Santos (2004) diz que pensar o racismo, é antes de qualquer coisa, entendê-lo e compreender suas dinâmicas, vicissitudes, as armadilhas e estratégias o que implica também em retirar uma máscara indicando que haveria algo oculto ao qual ela nos

⁴ Os depoimentos foram retirados do Livro *Violência Contra a Mulher: um novo olhar*. Alzira Rufino Pág. 169. Casa de Cultura da Mulher Negra; Modelos e Protocolos e capacitação sobre a violência para os serviços de saúde e Anais do Seminário Nacional “Saúde, Mulher e Violência Intrafamiliar”. 1º edição 2001 São Paulo.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

impediria de ver as diversas formas de manifestação do racismo oculto nos diversos fenômenos sociais.

As especificidades das mulheres negras, ou seja, a dupla discriminação além de implicar formas específicas de organização social, determinam modos diferenciados de abordagem psíquico-social. A criança negra, a menina negra, vive em constantes situações em que sua imagem é negada e é desvalorizada. Essa violência marca o período de formação da personalidade feminina, marca também, todo o processo de identificação desse ser como mulher (SANTOS, 2004, p.60).

Nesse sentido, falar da situação de violência doméstica vivenciado pelas mulheres negras é falar das relações raciais que sobreporão a vitimização da mulher negra brasileira durante séculos de escravidão. E para as/os autores/as como Santos (2004), essas relações raciais no Brasil foram moldadas sobre o racismo e machismo. Eles/as conclui que o conceito científico de racismo e machista no Brasil são essenciais para refletir e estudar sobre marcas e referências legadas pelo sistema colonial-escravagista.

CONCLUSÃO

As leituras que foram feitas até aqui, e os dados que foram coletados, indicam que as relações conflituosas entre casais, digo, violentas, se formam a partir do contexto histórico cultural em que eles estão inseridos. Nesse sentido, acredita-se ser relevante esta pesquisa, primeiramente, por que é relativa à existência de poucos trabalhos científicos que abordam a temática violência conjugal contra as mulheres relacionada com a questão racial. Sobre isso, observou-se em algumas teorias levantadas para o direcionamento deste trabalho que alguns estudos passam a ser fortemente criticado por



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

feministas negras, lésbicas, trabalhadoras e de países periféricos como é o caso do Brasil.

Essa realidade foi apontada por diversos autores como a Azeredo (1994), que relata a existência de um silenciamento da questão racial nas produções teóricas de gênero no Brasil. Ao contrário, segundo a autora, nos Estados Unidos a questão racial tem sido incorporada, em especial, nas produções teóricas que tenham como tema a relação de gênero, principalmente, no que se refere às relações desiguais entre homens e mulheres. Um dos aspectos da história na relação de gênero das mulheres negras que as distingue particularmente das outras mulheres é o fato de terem tido uma história de vitimização, particularmente, marcada pela discriminação racial em especial no Brasil.

Acredito que este estudo dentro das Ciências Sociais mostra o quanto é importante e possível estudar um fato social materializado na forma de violência relacionada com outros fatos sociais específicos, isto é, violência de gênero e raça. Além disso, como cunhou Scott (1985), estudar a categoria de gênero, entre outros, relacionado com a questão racial assinala o compromisso do (a) pesquisador (a) com uma história de exclusão da população negra.

Para finalizar, acredita-se que estudos desta dimensão, que levam em consideração a intersecção de gênero e raça, constituem um novo caminho teórico que contribuirá para revelar outras facetas da violência doméstica conjugal contras as mulheres.

Referências Bibliográficas

AZEREDO, Sandra. **Teorizando Sobre gênero e relações raciais**. Relações Sociais de gênero, raça e as relações inter-étnicas. Revista Estudos Feministas. Numero Especial, Segundo semestre de 1994.

ALMEIDA, Miguel Vale de. **Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade**. Lisboa; Fim de Séculos Edições, 1995.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

ADESKY, Jacques D'. **Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismo e anti-racismo no Brasil**. Rio de Janeiro, Pallas, 2009.

ARENDDT, Hannah. **Da Violência**. 1985

BARBIERI, Teresita. **Sobre La Categoría Género. Una Introducción Teórico- Metodológica**. Debates en Sociología. Nº 18 1993.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em Movimento**. Estudos Avançados Nº 17 (49), 2003. Acessado em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18400.pdf>, 2011.

COLLINS, Patricia Hill. **Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment**. Routledge: Nova York, 2000

CHAUÍ, Marilena; PAOLI, Maria Célia; MONTEIRO, Paula; RODRIGUES, Lígia; ANDRÉA, Rita. **Perspectivas Antropológicas da Mulher**. Editora ZAHAR, Rio de Janeiro, 1985.

GASKELL G. **Entrevistas individuais e grupais**. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático/ Bauer M. W, Gaskell G.. Trad. de Pedrinho A. Guareschi. – 7. Ed. Petrópolis RJ: Vozes; 2008.

GIDDENS, Antony. **Gênero e Sexualidade** - Sociologia. Tradução Sandra Regina; Netz. - 6ª edição – Porto Alegre: Artmed, 2005.

GOMES, Romeu. **A análise de dados em pesquisa qualitativa**. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Maria Cecília Minayo (org.), 2ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1994

HARAWAY, Donna. **“Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra**, 1991. Tradução: Mariza Corrêa; Cadernos Pagú, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

MOORE, Henrietta L. **Fantasia de Poder e Fantasia de Identidade: gênero, raça e violência**. Cadernos Pagu (vol. 14), 13-44, 2000.

OLIVEIRA, Fátima. **"Recorte Racial/Étnico e a Saúde das Mulheres Negras"**. São Paulo: Jornal da Rede Saúde, n. 22, nov. 2000.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **Gênero, Raça, Escolhas Afetivas e Significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia**. Congresso Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder. Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008.

PINHO, Osmundo de Araújo. **Uma experiência de etnografia crítica: raça, gênero e sexualidade na periferia do Rio de Janeiro**. Revista de Ciências Sociais: Sociedade e Cultura. Janeiro-Junho Vol. 06, nº 01; Universidade Federal de Goiás/Goiânia – Brasil, 2003.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

_____ **O efeito do sexo: políticas de raça, gênero e miscigenação.** Cadernos Pagú (23), julho-dezembro de 2004.

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. **Pesquisa em ciências sociais: Olhares de Maria Isaura P. de Queiroz.** Textos CERU - Série 2 - nº 10 - 2008

RUBIN, Gayle. **O tráfico de Mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo.** Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Edição S.O.S CORPO; Recife, 1993.

RUFINO, Alzira. **Violência Contra a Mulher: um novo olhar.** Modelos e Protocolos e capacitação sobre a violência para os serviços de saúde e Anais do Seminário Nacional “Saúde, Mulher e Violência Intrafamiliar”; 1º edição, São Paulo, 2001

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado e violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. **Mulher Negra, Homem Branco.** São Paulo, Pallas, 2004.

SCOTT, Joan. **Gênero: Uma Categoria Útil Para Análise Histórica.** Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Edição S.O.S; Recife, 1985.

SOUZA, Neuza Santos. **Tornar-se negro ou as vicissitudes de identidade do negro brasileiro em ascensão social.** 2. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.